

UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
SETE SÉCULOS DE HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO  
DA  
EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES

Diretor do Arquivo da Universidade de Coimbra

A súplica em latim dirigida de Montemor-o-Novo ao Papa Nicolau IV, com data de 12 de Novembro de 1288, por alguns prelados de ordens religiosas e de igrejas seculares, a fim de ser criado um Estudo Geral, é o primeiro texto que trata da criação da Universidade.

Entre os signatários contam-se o Dom Abade do Mosteiro de Alcobaça e os Priores de Santa Cruz de Coimbra, da Colegiada de Guimarães, de Santa Maria de Alcáçova de Santarém e de várias outras igrejas e conventos de diversas regiões do Reino (como a Estremadura, o Ribatejo, o Alentejo, o Algarve e Trás-os-Montes).

Dizem os subscritores da petição que houvera plenária deliberação e que, considerando a conveniência de funcionar no Reino um Estudo Geral de Ciências, tinham rogado ao Rei a sua criação. E o Monarca aprovara. Os salários dos mestres e doutores seriam pagos pelas igrejas e mosteiros que eles dirigiam, as quais pertenciam ao padroado real. Pediam agora ao Papa que confirmasse esta aplicação das rendas eclesiásticas referidas.

A 1 de Março de 1290, D. Dinis, por carta escrita em Leiria, criava o Estudo Geral. É o precioso documento publicado pela primeira vez em 1912 pelo Dr. António de Vasconcelos, o qual começa com as palavras "Scientiae thesaurus mirabilis".

Nele diz o Rei que funda por sua autoridade régia o Estudo Geral de Lisboa "quod non solum copia doctorum in omni Arte munimus, sed etiam multis privilegiis roboramus". Contava para pagar aos lentes com certas rendas eclesiásticas que lhe foram prometidas por alguns prelados, abades e priores de Ordens Monásticas e por alguns reitores de igrejas seculares e pedia ao Sumo Pontífice a confirmação e corroboração do que fizeram e a concessão de privilégios apostólicos ao Estudo, aos seus mestres e escolares.

E a 9 de Agosto seguinte o Papa Nicolau IV confirmava a fundação do Estudo Geral pela Bula "De Statu Regni Portugaliae" mandada de Orvieto.

Aprovava tudo o que fora feito, dá conselhos ao Rei, lembrando-lhe as providências a adotar, concede especiais graças apostólicas aos mestres e Escolares do Estudo Geral, entre elas a do foro eclesiástico, e o da colação do grau de Licenciado; este era concedido, por delegação papal, pelo Bispo de Lisboa ou pelo respectivo Vigário Capitular *sede vacante*, àquelles que os mestres reputassem idôneos. Era o *jus ubique docendi*.

Trata-se de três documentos de primordial importância para o conhecimento da gênese da Universidade. A petição encontra-se hoje apenas em cópia no *Livro Verde*; a carta dionisiana no Arquivo da Universidade de Coimbra; e a Bula papal no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Os três textos foram recolhidos no *Livro Verde*, precioso cartulário do séc. XV redigido por Vasco do Avelar, que hoje constitui um dos tesouros mais notáveis do Arquivo da Universidade de Coimbra. Em 1940 Rocha Madahil encarregou-se da sua publicação. No *Chartularium Universitatis Portugalesis*, obra iniciada em 1966 sob a direcção de A. Moreira de Sá, e que já vai no vol. IX, aparecido em 1985, podemos igualmente encontrar aqueles textos.

A Universidade de Coimbra, que inicialmente começou a funcionar em Lisboa, é, pois, uma das mais antigas do mundo, ao lado das de Bolonha, Paris, Montpellier, Orleans, Salamanca e Palência.

Stephaen d'Irsay escreve acerca do florescimento universitário do séc. XIII: "L'Italie, la France, l'Angleterre, l'Espagne et le Portugal voient s'épanouir cette floraison intellectuelle fertile en résultats nouveaux, parmi lesquels nous verrons apparaître les débuts d'une législation de l'instruction publique".

Mas não se pode esquecer o ambiente cultural pré-existente e que era constituído pela pujança das escolas monásticas, capitulares e catedralícias — entre as quais se contam as de Alcobaça e de Santa Cruz —, e o trabalho intelectual de algumas personalidades insignes, como foi o caso de Pedro Hispano, de Santo Antônio e outros.

Até 1537 a Universidade funcionou entre Lisboa e Coimbra. Tendo iniciado o seu percurso em Lisboa em 1290, já em 1308 estava em Coimbra; voltou à Capital em 1338 e regressou à cidade do Mondego em 1354; de novo em Lisboa em 1377, veio finalmente para Coimbra em 1537.

Os primeiros Estatutos são a Carta Magna de Privilégios de D. Dinis, de 15 de Fevereiro de 1309, que também fixa a Escola em Coimbra; os segundos são o regulamento com notas, jurado a 16 de Julho de 1431, de D. João I. Só impropriamente, contudo, se lhes pode dar o nome de Estatutos. Trata-se de uma designação convencional.

Os Estatutos de D. Manuel, talvez de 1503, são os terceiros; os de 1544 (D. João III), enviados pelo Rei a Fr. Diogo de Murça, perderam-se; os quartos (Cardeal Infante D. Henrique, Regente) são os de 1559; os quintos (também de D. Henrique) são de 1565 e perderam-se também; os sextos (Filipe II) de 1591; os sétimos (Filipe II) de 1597; e os oitavos, ou Velhos (D. João IV), de 1654. Foram estes que perduraram até à Reforma Pombalina e mesmo após ela, naquilo em que os Estatutos de 1772 não os alteravam.

Os Estatutos de 1772, ou Pombalinos, ou Estatutos da Nova Fundação da Universidade, estiveram em vigor durante bastan-

te tempo e resultaram do trabalho realizado pela Junta de Providência Literária, à qual se deve também o célebre *Compendio Histórico*. D. Francisco de Lemos é a grande figura de Reitor do período pombalino.

Do séc. XX há depois a referir a Constituição Universitária de 1911; a Lei sobre a Autonomia de 1916; o Estatuto Universitário de 1918; o Estatuto de Instrução Universitária de 1926 e outro do mesmo ano; e outros Estatutos de Instrução Universitária de 1929 e de 1930.

Após o 25 de Abril, saiu o Decreto-Lei nº 806/74, de 31 de Dezembro sobre os órgãos de gestão do Ensino Superior, e outro, o nº 781-A/76, de 26 de Outubro sobre o mesmo assunto.

A Lei de Autonomia das Universidades de 24 Setembro de 1988 prevê a elaboração de Estatutos para cada Universidade.

A autoridade máxima da Universidade era o Cancelário. Inicialmente era o Bispo diocesano. Mas a partir de 1539 passou a ser o Prior do Mosteiro de Santa Cruz, tradição que se manteve até 1834, data da extinção das Ordens Religiosas. O primeiro Cancelário Crúzio foi D. Bento de Camões tio e protetor de Luís de Camões; e o último foi D. João da Assunção Carneiro. A partir de então o Cancelário era o próprio Reitor.

Entre outras atribuições, o Cancelário era quem conferia os graus e possuía as chaves da Sala dos Atos Privados. Precedia sempre o Reitor.

De tempos em tempos a Universidade teve os seus Reformadores. O mais célebre foi o Marquês de Pombal.

O Reitorado foi durante muito tempo garantido por dois estudantes que eram eleitos. Era uma tradição frequente na Idade Média. Mas já em 1476 a Universidade pedira autorização para, em vez de dois, se eleger um só Reitor; e em 1500 foi eleito um Bispo de Fez em vez de um estudante.

Com os Estatutos de D. Manuel, o Reitor seria eleito todos os anos entre fidalgos ou pessoas constituídas em dignidade, escolhido pelos deputados e conselheiros.

Mas, depois, os Estatutos seguintes falam da eleição por três anos, sendo indicados ao Rei três (ou dois) nomes para

que ele nomeasse um dos apresentados. O Reitor não podia ser Lente.

Mas muitos Reitores houve que foram tão só nomeados pelo Rei sem que tivesse havido intervenção da Universidade. O Reitor Nuno da Silva Teles, sobrinho doutro com o mesmo nome, nomeado por Provisão de 6 de Setembro de 1715, foi o último Reitor escolhido de três nomes indicados pelo Claustro, como determinavam os Estatutos Velhos (1654).

Só em 16 de Outubro de 1911 um Reitor voltaria a ser eleito: Joaquim Mendes dos Remédios. A Constituição Universitária de 19 de Abril daquele ano estipulava que a Assembléa Geral da Universidade enviasse ao Governo uma lista tríplice. A nomeação é de 28 de Outubro de 1911. Aliás, Mendes dos Remédios voltaria a ser eleito em 1918.

Mas depois dele só viriam a ser eleitos Guilherme Alves Moreira em 1913; Arnaldo Mendes Norton de Matos em 1916; e Fernando Duarte Silva Almeida Ribeiro em 1926 (já após o Movimento do 28 de Maio).

O atual Reitor, Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, foi eleito em 1982 e seria reeleito em 1985. Assim se retomava a tradição da eleição reitoral, que se enquadra dentro do espírito de autonomia universitária.

Até ao presente, desde 1537, contou a Universidade com 82 Reitores. Um deles, Manuel de Arriaga, que havia estudado Direito em Coimbra, ascendeu à Presidência da República. Foram Bispos 21; Inquisidores Gerais, 3: D. Jorge de Almeida, D. Fernão Garcia de Mascarenhas e D. Francisco de Castro; 16 foram inquisidores e deputados do Santo Ofício, sendo 6 deles do Conselho Geral. Estes são tão só exemplos dos muitos e variados cargos exercidos por Prelados universitários.

Os Reitores saíram das seguintes Faculdades: de Teologia, 17; de Cânones, 10; de Matemática, 1; de Filosofia, 2; de Direito, 14; de Ciências, 2. Os restantes não tinham grau académico.

D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho é o único Reitor de origem brasileira. Foi o grande obreiro da Reforma Pombalina e também o que esteve à frente da Universidade mais tempo: 31 anos. Ele e D. Fr. Francisco de S.

Luís (Cardeal Saraiva) acumularam o lugar de Reitor com o de Bispo de Coimbra.

Outro Reitor elevado à dignidade de Cardeal Patriarca de Lisboa foi D. José Francisco Miguel Antônio de Mendonça (Principal Mendonça).

Já no nosso tempo subiu ao lugar de cardeal-patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que foi professor da Faculdade de Letras e Diretor do Arquivo da Universidade. O centenário do seu nascimento está a ser celebrado.

O selo é um elemento de primordial importância na história da Universidade. A Carta Magna de Privilégios de D. Dinis, de 15 de Fevereiro de 1309, já se lhe refere. E daí em diante abundam os documentos que falam da insígnia universitária.

O seu pormenor vem descrito numa acta do séc. XVI. É quando o Reitor Afonso do Prado confere posse do lugar de Chanceler da Universidade ao Lente de Leis Manuel da Costa. Isto foi em 4 de Novembro de 1555. Nesse texto se diz que o selo é de prata, com a figura da Sabedoria a orná-lo. Na mão tem uma esfera e à volta lê-se a frase do livro dos Provérbios: "Per me reges regnant et legum conditores justa decernunt". Vários Estatutos continham essa representação que foi também materializada em obras escultóricas.

O foro acadêmico foi uma instituição de relevante significado na tradição da Academia. Sob a égide protetora da Universidade, os Lentes, os escolares e oficiais e seus familiares estavam isentos da jurisdição de quaisquer autoridades estranhas à própria Universidade. Não estavam sujeitos a nenhum outro foro.

Isto pode constatar-se logo no texto da fundação da Universidade e na Bula Papal que se lhe seguiu. Foi com a Constituição de 1822 que o foro acadêmico desapareceu.

A Fazenda da Universidade era um dos setores mais importantes da vida universitária. Os Estatutos consagravam-lhe um capítulo especial e a documentação recolhida no Arquivo da Universidade diz bem da dimensão que ela possuía.

Quando a Universidade foi criada, foram os mosteiros e igrejas do reino que garantiram a sua vida econômica. No

séc. XVI, já em Coimbra, são as rendas do Priorado-Mor de Santa Cruz que constituem a base do seu funcionamento. É a Universidade que vai contribuir para a instalação e desenvolvimento da Companhia de Jesus em Coimbra. Depois, em 1759, o patrimônio dos Jesuítas regressaria à Universidade. Em 1834 muitos dos bens das Ordens religiosas revertem para a Universidade, mas a crise financeira é tão grande que se dá logo a seguir a extinção da Fazenda (1835), passando o Estado a controlar inteiramente a sua vida econômica. Terminava assim um aspecto da autonomia financeira da Universidade que, no tempo da República, seria retomada em novos moldes. E hoje tenta-se voltar a tal situação.

Tendo começado com quatro Faculdades — Cânones, Leis, Medicina e Artes (onde se ensinavam a Dialética, a Gramática, a Lógica e a Música), a Universidade passou a contar em 1736 com a Faculdade de Teologia. Em 1836 as Faculdades de Cânones e de Leis fundiram-se e deram origem à de Direito. Em 1911 foram canceladas as matrículas na Faculdade de Teologia. Nesse ano eram criadas as de Letras e de Ciências, esta resultante da fusão das de Matemática e de Filosofia. A de Farmácia recomeçou em 1968. E vieram depois a de Economia (1972) e a de Psicologia e de Ciências da Educação (1980).

Assim foi crescendo ao longo do tempo a árvore universitária, a qual tendo em 1537-38 à volta de 300 alunos, tinha 20.453 em 1764-69. No século XIX registrou-se uma diminuição sensível e hoje conta com cerca de 14.000 estudantes.

O mesmo se pode dizer do aumento de professores, hoje cerca de 1.200.

Pela Universidade passaram muitos estudantes não só de Portugal como de países de expressão portuguesa dos diversos Continentes, tendo levado dela saber e cultura que nas suas terras haviam de frutificar. Só do Brasil vieram cerca de 3.000 alunos ao longo dos séculos. Agostinho Neto e José Bonifácio de Andrade e Silva são dois símbolos dessa presença em Coimbra. E o Padre Manuel da Nóbrega, o exemplo da ida de tantos portugueses para terras do Brasil, África e Ásia.

A ligação da Universidade à Igreja foi durante muito tempo bastante estreita. Como se viu, ambas estiveram unidas ao tempo da fundação da Escola e assim continuaram pelo tempo afora. Só no séc. XIX se começou a assistir a uma separação lenta entre ambas as instituições.

No que toca aos Estatutos, vemos que até aos Pombalinos (1772), a Capela ocupava um lugar importante na vida da Universidade. Os dois juramentos que se faziam ali todos os anos, o da Profissão de Fé de Pio IV (fórmula tridentina) e o da Imaculada Conceição, revestiam-se de grande significado. O primeiro, que se fazia no dia 1 de Outubro de cada ano, após a Missa do Espírito Santo, perdurou até 1910; e o segundo até à definição dogmática de 1859. O culto da Imaculada Conceição ocupou um lugar de destaque na vida universitária e a Confraria de Nossa Senhora da Luz teve enorme projeção.

As festividades na Capela da Universidade eram momentos altos ao longo do ano escolar. Os Estatutos de 1559, por exemplo, falam do Natal, Reis, Purificação da Virgem, Anunciação (em memória do Infante D. Henrique), Ramos e Páscoa, Ascensão, Pentecostes, Corpo de Deus, Anjo Custódio de Portugal (3º domingo de Julho), Visitação de Nossa Senhora, S. João Batista, S. Tiago, S. Pedro e S. Paulo, Imaculada Conceição, S. Sebastião e Santo António.

Mas a essas celebrações devemos acrescentar outras mais: aniversários de Papas e de Reis, exéquias, etc. Em certos dias havia procissões, como nas vésperas dos dias de S. Catarina, de S. Nicolau, da Imaculada, de S. Tomás e da Anunciação. Não há dúvida que o culto impregnava profundamente a vida académica. A organização da Capela era deveras complexa e bastante rica. Ali desempenhava um papel especial o órgão magnífico que acompanhava a liturgia.

Além disso, havia as festividades que se celebravam em cada Colégio e as que se faziam por ocasião da colação de graus.

Por ocasião da promulgação da Bula "Unigenitus" houve igualmente celebrações especiais na Universidade, em que,



como sempre, a Faculdade de Teologia dava a sua participação especial.

Outra forma de vinculação da Universidade à Igreja foi a criação de conexas doutorais e magistrais. Um pouco por toda a parte havia nas diversas Sés do Reino lugares que eram ocupados por Lentes universitários. Um caso, entre tantos, foi o do professor de Matemática José Monteiro da Rocha, que foi cônego magistral da Sé de Leiria.

Da Universidade saíram alguns Cardeais, Patriarcas e muitos Bispos que governariam dioceses do Continente, do Brasil, de territórios africanos e asiáticos, bem como teólogos e canonistas que desenvolveram a sua atividade pastoral e outras em diversas regiões do País.

O primeiro Bispo da Bahia, D. Pedro Fernandes Sardinha, estudou Teologia na Universidade de Coimbra. D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, natural de Cantanhede, lecionou na Faculdade de Teologia e veio a ser Arcebispo de Goa. Ocorre este ano o centenário da sua morte.

Intimamente ligada à Igreja esteve a Inquisição, que durante bastante tempo limitou profundamente a ação da Escola. Alguns professores do Colégio das Artes — João da Costa, Jorge Buchanan, Diogo de Teive — sofreram os rigores dessa instituição. Mais tarde, Antônio Homem, Velasques de Gouveia, André de Avelar, Ribeiro Sanches e Anastácio da Cunha seriam vítimas do Santo Ofício, no qual desenvolveram a sua atividade muitos Lentes universitários. E em sermões de autos de fé encontramos nomes de vários professores.

Aliás, também o Cabido da Sé de Coimbra foi alvo de perseguições inquisitoriais.

Mais tarde, em 1823, era criada na Universidade uma Junta Expurgatória, cujo fim era extirpar os erros de religião e de moral e punir os universitários considerados faltosos.

Dos Colégios pertencentes a Ordens religiosas existentes na cidade, 23 ao todo, saíram figuras de reconhecido prestígio intelectual e espiritual. Entre os dominicanos, sobressaíram Fr. Martinho de Ledesma, Fr. Luís de Sotomaior, Fr. Antônio de S. Domingos, Fr. Vicente Pereira e Fr. Antônio José da Rocha; beneditinos ilustres foram Fr. Manuel da Ascensão e

Fr. Gregório das Chagas; D. Fr. Baltasar Limpo, Bispo do Porto, e D. Fr. Amador Arrais, Bispo de Portalegre, ilustraram o Colégio do Carmo: Fr. Diogo de Murça e Fr. Heitor Pinto o de S. Jerônimo. E podíamos falar também de muitos outros.

Mas, sem dúvida alguma, o Colégio de Jesus foi aquele que maior dimensão adquiriu. O Curso dos Conimbricenses e os trabalhos de Retórica e de Gramática alcançaram uma projeção invulgar em todo o mundo culto. Cipriano Soares. Pedro de Perpinhão, Pedro da Fonseca e tantos mais desenvolveram uma obra notável. O nome de Francisco Suárez impôs-se mundialmente no campo da Teologia e do Direito. A Universidade de Coimbra não podia, pois, deixar de celebrar condignamente a sua memória, como sucedeu em 1917 e em 1948, respectivamente nos centenários do seu nascimento e da sua morte.

A Companhia de Jesus ficou confiada a partir de 1555 o Colégio das Artes, que duraria até 1759, ano da extinção da Companhia de Jesus em Portugal. A Universidade de Évora, que começou em 1559, encerrava também as suas portas naquela data.

Dois Colégios com características particulares — a preparação para o Magistério —, os de S. Pedro e de S. Paulo, ocuparam uma posição relevante na vida universitária.

As obras da Cidade Universitária, iniciadas na década de 40, alteraram profundamente a Alta de Coimbra, onde se situavam alguns dos Colégios referidos.

\*

\*           \*

A relação da Universidade com a vida política em esquema de reciprocidade foi muito significativa. A idéia de centralização do poder cedo começou a fazer sentir os seus efeitos na vida universitária. D. Afonso V, ao nomear professores sem ouvir a Escola, estava a usurpar uma tradição e a iniciar uma fase de intervenções régias que aumentariam com o tempo e tolhiam a autonomia da Universidade.

Nos grandes momentos da vida política nacional a Universidade esteve presente, dando o seu contributo e procurando

do interpretar os sinais do tempo. Basta lembrar o que sucedeu com a perda da independência, a Restauração, as invasões francesas, as lutas entre absolutistas e liberais, o Ultimatum, a República, o Estado Novo e a Revolução do 25 de Abril. Nem podia ser de outra forma. A Universidade não se podia alhear dos acontecimentos que a rodeavam, mesmo que estes alterassem por vezes profundamente a sua vida.

Para só referirmos alguns casos, lembremos que alguns Presidentes da República haviam estudado em Coimbra. Teófilo Braga, Bernardino Machado, Sidónio Pais e António José de Almeida podem apresentar-se como exemplos.

A frente do Governo encontramos igualmente personalidades saídas de Coimbra. Teófilo Braga, Afonso Costa, Bernardino Machado, António José de Almeida, Sidónio Pais, Eusébio Tamagnini, José Relvas, Francisco Pinto da Cunha Leal (que fora Reitor da Universidade), António de Oliveira Salazar e Carlos Alberto da Mota Pinto, que fora Vice-Reitor da Universidade.

Entre os Embaixadores que foram estudantes da Universidade, refira-se, a título de exemplo, D. Luís da Cunha.

Mas a lista seria muito maior se referíssemos os nomes de todos aqueles que vieram a ocupar lugares na vida política e administrativa do Estado.

Pela importância especial que teve, recordamos o Visconde de Seabra (António Luís de Seabra), a quem se deve o célebre Código Civil do seu nome, que esteve em vigor de 1867 a 1966.

\*

\* \* \*

A cidade de Coimbra nos seus diversos aspectos — cultural, religioso, económico, artístico e político-administrativo — viveu sempre associada à Universidade, como facilmente se pode compreender.

Reportando-nos à época que medeia entre 1537 e 1910, podemos distinguir um período de adaptação, outro de colaboração e, finalmente, um terceiro de direção. Isto no que respeita ao Município.

Durante muito tempo (desde 1549), houve um vereador do corpo universitário no Município da cidade. Foi Mouzinho da Silveira que em 1832 acabou com esse "privilégio". De 1834 a 1910 foram vários os professores universitários a dirigir os destinos da edilidade local.

José Machado de Abreu, Raimundo Venâncio Rodrigues, Antônio José Teixeira, Bernardo de Albuquerque, Lourenço de Almeida Azevedo, Luís da Costa e Almeida, Manuel da Costa Alemão, Manuel Dias da Silva, José Ferreira Marnoco e Sousa, Sidônio Bernardino Cardoso da Silva Pais e Fernando Augusto Pimentel — eis os nomes de alguns deles.

Segundo o Decreto com força de Lei de 19 de Abril de 1911 (Constituição Universitária), faziam parte do Senado o Presidente da Câmara Municipal e o Governador Civil de Coimbra.

Entre os professores universitários que foram Governadores Cívicos, citem-se os nomes de Antônio Luís de Sousa Henriques Seco, Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Melo, Manuel Pereira Dias, José de Matos Sobral Cid e Luciano Antônio Pereira da Silva.

Também à Misericórdia ficaram ligados ao longo dos séculos inúmeros professores da Universidade de Coimbra, chegando mesmo vários a ocupar o lugar de Provedor. Já no tempo mais chegado a nós, temos Oliveira Salazar, Bissaia Barreto, Antônio de Moraes e Pedro Rocha Santos.

O Instituto de Coimbra, criado em 1852 com o fim de fomentar a cultura das Ciências e das Letras e dividido inicialmente em três classes: ciências morais e políticas, ciências físico-matemáticas, e literatura, belas-artes e artes, ficou a dever à ação de muitos universitários a sua extraordinária pujança e desenvolvimento.

Joaquim Augusto Simões de Carvalho, José Maria de Abreu e tantos outros dedicaram-se denodadamente à vida do Instituto. No seu órgão próprio, "O Instituto", encontramos valiosos contributos de Lentes da Universidade.

A Rainha Santa e o seu Mosteiro constituíram outro ponto de interesse da Universidade, que anualmente celebrava solenemente a memória da Padroeira da cidade e esposa do funda-

dor do Estudo Geral. A Confraria da Rainha Santa contou com a participação de grande número de Professores, entre os quais se inclui Antônio de Vasconcelos, que sobre o seu culto escreveu importantes estudos.

O atual Asilo da Infância Dr. Elísio de Moura foi outra instituição cidadina acarinhada pela Universidade. Instalado no antigo Colégio de Santo Antônio da Pedreira, foi em 1834, aquando da extinção das Ordens religiosas, destinado a hospício de beneficência. Depois passaria a chamar-se Asilo da Infância Desvalida. Contou com a alta proteção da Rainha D. Maria II.

À sua frente esteve durante largos anos o grande benemérito e ilustre Lente da Faculdade de Medicina Elísio de Moura, acompanhado por sua Esposa, D<sup>a</sup> Celestina de Moura. E hoje tem o nome daquele ilustre Mestre.

A extensão da Universidade a outros centros culturais e assistenciais da cidade foi igualmente muito significativa. Em Academias, Museus (como no de Machado de Castro, de que foi primeiro Diretor Antônio Augusto Gonçalves), Hospitais, Associações de Cultura e de Recreio — um pouco por toda a parte — se fez sentir a ação da Universidade. Os nomes de Daniel de Matos e de Sobral Cid podem aqui ser referidos, ao lado de tantos outros.

E essa ligação à cidade ainda hoje continua a ser uma preocupação dos responsáveis da Escola. A extensão universitária na era da tecnologia assumiu uma importância particular.

\*

\*            \*

Os contatos da Universidade com o estrangeiro existiram desde os inícios da sua história. A saída de bolseiros para centros culturais estrangeiros, a vinda de estudantes e mestres de outras Universidades a Coimbra e a presença de professores portugueses no exterior foram uma constante ao longo dos tempos.

Na Idade Média já a permuta escolar era intensa. Em Bolonha, Salamanca e Paris, por exemplo, encontramos gran-

de número de nacionais. Em Bolonha foram Reitores do Colégio de S. Clemente na primeira metade do séc. XV D. Fernando de Portugal (D. Fernando Afonso), Gomes Pais, João Pereira e Antônio Martins. João das Regras também frequentou a Universidade de Bolonha.

Mas é no séc. XVI que encontramos, em especial, professores estrangeiros na Universidade de Coimbra. Afonso do Prado, que foi Reitor, Azpilcueta Navarro, insigne jurista, e Francisco Suárez, o "Doctor Eximius" — eis alguns, entre outros, que ilustraram o ensino de "Alma Mater Conimbricensis".

Manuel da Costa e Aires Pinhel lecionaram em Salamanca; e Manuel Rodrigues Navarro em Nápoles e Bolonha. A mobilidade acadêmica era uma realidade.

Após a Reforma Pombalina foram importantes as viagens científicas levadas a cabo por alguns mestres da Universidade, em especial das Faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia. José Anastácio da Cunha, José Bonifácio de Andrade e Silva e Félix de Avelar Brotero mantiveram estreitos contatos com a Europa culta.

Um nome insigne da Medicina, Antônio Ribeiro Sanches, que foi aluno de Artes em Coimbra, afirmou-se como notável homem de ciência em Moscovo, Paris e Londres. Em Leiden foi discípulo de Boerhaave.

Na Faculdade de Letras distinguiu-se no seu início a notável romanista e germanista Carolina Michaëlis de Vasconcelos, de origem alemã, a quem a Cultura Portuguesa tanto ficou a dever.

Durante a fase final do séc. XIX assiste-se a um incremento de viagens de estudo e de participação em realizações científicas por parte do professorado universitário. Júlio Augusto Henriques em Uppsala e Augusto Filipe Simões em Leiden são dois exemplos marcantes. E o Visconde de Vila Maior, um dos maiores Reitores da Universidade de Coimbra, igualmente se destacou nesse desejo de contatos com o estrangeiro, aspecto bastante focado em orações de sapiência dos últimos anos da Monarquia, como as de Bernardino Machado, Sobral Cid, Eusébio Tamagnini e outras.

Inúmeros foram os convites recebidos pela Universidade de Coimbra para se fazer representar em celebrações comemorativas de efemérides acadêmicas estrangeiras, em especial em centenários de fundação.

Destaque-se o 8º centenário da criação do Estudo de Bolonha no século passado. Coimbra nomeou seus representantes os Lentes jubilados Martins Ferrão e Matias de Carvalho e Vasconcelos, respectivamente de Direito e Filosofia. Eram ao tempo Embaixadores junto da Santa Sé e do Rei de Itália. Matias de Carvalho, o único a assistir, recebeu em Bolonha o doutoramento "honoris causa", juntamente com delegados de outras Universidades estrangeiras.

Passados cem anos, coube a vez ao atual Reitor, Rui de Alarcão, de representar a Universidade de Coimbra em Bolonha, onde, a 25 de Setembro de 1988, assinou a Carta Magna das Universidades da Europa. Coimbra foi a única Universidade portuguesa a subscrever tão importante documento.

As Universidades de Edimburgo, Leipzig, Dublin, Lovaina, Genebra, Budapeste e tantas outras endereçaram convites especiais à Universidade de Coimbra para participar em efemérides que iam celebrar.

Grandes personalidades do mundo científico-cultural eram freqüentemente recordadas na passagem de efemérides. O caso de Goethe é um exemplo e Coimbra foi convidada a assistir às celebrações alemãs.

Os doutoramentos "honoris causa" têm sido uma forma de entrelaçar as relações universitárias e internacionais. Longa seria a lista de figuras que alcançaram essa distinção entre nós. O caso do Papa João Paulo II e do atual Secretário-Geral das Nações Unidas, Pérez de Cuellar, são reveladores da idéia de universalidade da Escola.

Quanto a portugueses que receberam esse grau lá fora, destacam-se, entre outros, os nomes de Cabral Moncada em Heidelberg, de Eugénio de Castro em Lyon e de Guilherme Braga da Cruz em S. Paulo e em Navarra.

\*

\* \* \*

Na vida literária distinguiram-se inúmeros escritores que passaram pela Universidade. Antero de Quental, Eça de Queirós, Antônio Feiciano de Castilho e Antônio Nobre são apenas exemplos.

Alexandre Herculano pediu um parecer à Faculdade de Direito para a sua obra *História de Portugal*.

Uma referência especial merece o 3º Centenário de Camões, que a Universidade evocou em 1880. O grande épico cantou a Universidade e terá mesmo estudado nela.

\*

\* \*

Nas Ciências e nas Artes grande foi o contributo dado por professores e artistas para o engrandecimento da Universidade. Desde Pedro Nunes a José Anastácio da Cunha e a Egas Moniz sem esquecer o valioso contributo dado por alguns para as obras da Porta Férrea, Torre, Capela, Sala dos Capelos e Biblioteca Joanina, esta apreciada de um modo especial por nacionais e estrangeiros, como foi o caso de Linke e de Cosme de Médicis.

\*

\* \*

Muito havia a dizer da vida estudantil, que sempre caracterizou a Universidade de Coimbra e a cidade mesmo. A criação da Associação Acadêmica em 1887 e de vários organismos depois são a prova dessa vitalidade estudantil que tanto tem contribuído para engrandecer a cultura nas suas diversas manifestações.

\*

\* \*

Desde o séc. XVI que Coimbra se orgulhou de boas casas tipográficas. O movimento editorial da Universidade mereceu aos seus responsáveis um interesse particular. O Marquês



também se preocupou com o assunto. Mais tarde foi Diretor da Imprensa da Universidade Joaquim de Carvalho, que bastante a prestigiou. Os *Acta Universitatis Conimbrigensis*, coleção criada em 1946, é outro sinal desse interesse. As Revistas das diversas Faculdades e estabelecimentos são reveladores das preocupações científicas da Escola. Mas há que confessar que se sente a falta de uma Editora da Universidade nos nossos dias.

\*

\*           \*

O Arquivo da Universidade de Coimbra tem procurado evocar os grandes momentos da história da Universidade. Em 1937 associou-se ao 4º centenário da transferência definitiva para a cidade do Mondego. A Reforma Pombalina e a morte de Sebastião José de Carvalho e Melo também foram recordadas.

Agora que se inicia a comemoração do 7º centenário da "Alma Mater Conimbrigensis" realiza esta exposição documental em que se mostram textos significativos de personalidades e fatos que marcaram a vida da Universidade, desde a súplica dirigida ao papa em 1288 até à lei da autonomia de 1988. A publicação de fontes da sua história e obras alusivas a ela é outro objetivo da instituição. Procurar-se-á com outras realizações celebrar tão significativa data. Já este ano reeditou o Arquivo o vol. II de *Escritos Vários* do Dr. Antônio de Vasconcelos em ato comemorativo da fundação da Universidade.

No discurso de abertura do ano académico 1988/89 referiu-se o Reitor da Universidade às comemorações do 7º centenário e à inauguração da presente exposição nestas palavras:

"A tarefa da elaboração dos Estatutos é, indubitavelmente, da maior importância e urgência. Num outro plano, mas também assumindo grande relevo e premência, está o encargo de programar as comemorações do 7º centenário da Universidade de Coimbra.

Como é sabido, já estão em curso, na nossa Universidade, iniciativas nesse sentido. No próximo dia 12, aliás, completam-

se 700 anos sobre a petição dirigida ao Papa Nicolau IV, por alguns eclesiásticos, em ordem à criação de um "Estudo Geral". Este documento poderá ter estado na base da carta régia da fundação da Universidade, subscrita por D. Dinis em 1 de Março de 1290, fundação aprovada por Bula Papal de 9 de Agosto do mesmo ano. Uma singela mas significativa cerimônia assinalará entre nós esta data precursora, como ponto de partida para comemorações e empreendimentos de maior fôlego e vulto.

Urge agora coordenar essas iniciativas e preparar para 1990 condignas comemorações e empreendimentos culturais e científicos, os quais, dado o relevo do acontecimento, a nível nacional e internacional, deverão constituir forte motivo de reforço da solidariedade interuniversitária, unindo Coimbra, Lisboa e os mais centros universitários do país, e projetando-se no estrangeiro".

Aos Técnicos Superiores do Arquivo, Licenciados Raul da Silva Veiga, Marcelino Rodrigues Pereira, Ana Maria Leitão Bandeira, Alice Correia Godinho Rodrigues, Filomena Rodrigues, Pedro França, à Técnica Auxiliar Principal Maria de Fátima Mendes Assis e a todos quantos tornaram possível levar a cabo esta exposição, agradecemos a colaboração prestada.

Mas não podíamos deixar de sublinhar, em particular, o apoio dado pelos dois Técnicos Superiores desta instituição, Licenciados Júlio de Sousa Ramos e João Manuel Saraiva de Carvalho que, com uma generosidade e dedicação admiráveis, se empenharam nesta realização. A ambos testemunhamos o nosso vivo reconhecimento.

A Tipografia Lousanense, na pessoa do Sr. Júlio Ribeiro, o testemunho da nossa viva gratidão pelo esmero colocado na preparação deste Catálogo e do Cartaz alusivo à exposição.